

## POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES:

### Violência, Conflito familiar e distúrbios escolares.

Rodrigo dos Santos\*

Maria Teresa Miceli Kerbauy\*\*

**RESUMO.** O artigo apresenta a análise de dados preliminares da pesquisa Políticas Públicas: violência contra crianças e adolescentes em Araraquara em 2008. Descreve-se o método adotado para o diagnóstico dos bairros e locais que detém o maior índice desse tipo de violência no município, feito através do georeferenciamento das fichas de atendimento dos Conselhos Tutelares I e II. A partir de dados preliminares da pesquisa, dos resultados obtido em pesquisas anteriores e de outros estudos sobre o mesmo tema em diferentes regiões, observa-se que a violência doméstica e os conflitos escolares são os principais fenômenos da violência contra crianças e adolescentes. A complexidade do tema está nas suas diferentes causas e também na especificidade dos casos. Diante disso, há certa dificuldade na literatura científica em identificar um sentido global para esses tipos de violência. Por sua vez, a dificuldade encontrada pode estar se refletindo nos conselhos tutelares que não conseguem manter padrões estáveis na coleta de informações sobre a violência contra crianças e adolescentes. A literatura demonstra também que o fenômeno não se restringe apenas aos conselhos tutelares de Araraquara.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas; Crianças e Adolescentes; Violência domiciliar; conflitos escolares; Espaço Urbano

### 1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo detalhar as atividades de codificação e de atualização da malha urbana do sub-projeto *Políticas Públicas: violência contra crianças e adolescentes em Araraquara*, coordenado pela Professora Dr. Maria Teresa Miceli Kerbauy (FCL/UNESP – Araraquara). O objetivo da pesquisa foi o de: i) atualizar as ocorrências registradas sobre casos de

---

\*Doutorando em Sociologia FCL – UNESP/Araraquara [rsantos@universiabrasil.net](mailto:rsantos@universiabrasil.net)

\*\*Doutora em Ciências Sociais FCL – UNESP/Araraquara – [kerbauy@travernet.com.br](mailto:kerbauy@travernet.com.br)

violência contra crianças e adolescentes entre 2002 e 2006, e o de ii) identificar os territórios que detinham o maior índice desse tipo de violência no município de Araraquara.

Através da coleta, da organização e da análise de 9.577 *Fichas de Atendimento* (FA's) que possuíam endereço completo para identificação das quadras dentro das 15.000 FA's arquivadas no Conselho Tutelar I e II do Município de Araraquara, tornou-se possível mapear e qualificar as áreas com registros de casos de violência contra crianças e adolescentes. Para evitar a generalização que pode ocorrer quando se considera apenas os bairros como unidades de análise, optou-se, na pesquisa, por utilizar as quadras como as menores unidades de análise. Com esse mapeamento das FA's sendo realizado por quadras, há uma maior exatidão na localização das ocorrências, o que indica, especificamente, os locais mais problemáticos no interior dos bairros. Porém, manteve-se possível a sobreposição dos limites dos bairros sobre a malha de quadras, preservando desta forma a relação entre o evento mapeado e o bairro.

Para o levantamento e a análise das informações, foram utilizadas como parâmetro conceitual as definições do *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Considerou-se como **criança** as vítimas com idade entre 0 e 12 anos e como **adolescente** as vítimas entre 13 e 18 anos. Quanto ao indicador **natureza do problema**, considerou-se todos os casos que envolvessem a integridade física da criança e do adolescente e, também, casos relativos a questões educacionais, financeiras, psicológicas e de saúde, entre outras. Para a sistematização dos dados e a espacialização dos mesmos, foram elaborados categorias de análise e um conjunto de códigos que resultaram na agregação das informações.

Destaca-se, na coleta dos FA's, a mudança no padrão de preenchimento dos registros das ocorrências no Conselho Tutelar após o ano de 2002. Primeiramente, as FA's substituíram os Boletins de Atendimento (BA's) das gestões anteriores. Houve um aumento elevado no número de registros em relação aos anos de 1999, 2000 e 2001. Ressalta-se também que há poucas informações sobre as vítimas e as ocorrências registradas nas FA's.

Algumas FA's tornaram-se inválidas para o georeferenciamento das informações por não apresentarem o endereço das vítimas. Outra informação pouco registrada foi a da escolaridade das vítimas. De forma geral, apenas os seguintes dados foram registrados de forma isométrica:

data da FA, natureza do problema, reincidência, sexo da vítima, idade da vítima, endereço, bairro, denunciante, escolaridade e indiciado.

O padrão adotado com a implementação das FA's redefiniu os critérios de classificação da natureza do problema, que passou a ser registrado através de categorias estabelecidas por tabelas de controle. As categorias da natureza dos problemas determinadas pelo Conselho Tutelar são: abandono, abandono intelectual, abuso/exploração sexual, alcoolismo, assistência e programas sociais, atentado violento ao pudor, autorização de viagem, conflito familiar, desaparecimento, desvio de comportamento, discriminação, divulgação do ECA, drogadição, exploração do trabalho/mendicância, fiscalização, gravidez precoce, indisciplina escolar, infrequência/evasão escolar, maus tratos, negligência, orientação de alimentos, orientação de guarda/adoção, orientação e reconhecimento da paternidade, programa de esporte, prostituição, recambiamento, requisição certidão de nascimento, requisição curso profissionalizante, requisição abrigo, requisição assistente judiciário, requisição serviços médicos, requisição transporte/passe escolar, requisição vaga em creche, requisição vaga em escola, termo de responsabilidade, outros. Ressalta-se que a categoria outros passou a ser utilizada como complemento das demais categorias, exemplificando-as.

Cinco procedimentos compreenderam o trabalho de atualização da malha urbana para o diagnóstico georeferenciado da violência contra crianças e adolescentes em Araraquara: primeiro, a coleta e a digitalização dos dados disponíveis no Conselho Tutelar. Segundo, a codificação dos dados necessários e possíveis de mapeamento, no caso do período coletado, tem-se as quadras, os bairros, as naturezas dos problemas, as idades, os sexos, as reincidências e as escolaridades. Terceiro, o georeferenciamento e a geração dos mapas. Quarto, a adição da FA's dos anos de 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006 junto ao banco de dados de 1998, 1999, 2000 e 2001. Quinto, a geração e a formatação dos mapas em modelo de papel A4.

As seções 2 e 3 especificam como foi o processo de atualização da malha urbana sobre a violência contra crianças e adolescentes em Araraquara.

## **2 REDEFINIÇÃO DO AGRUPAMENTO DA NATUREZA DO PROBLEMA**

Em relação aos anos de 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006 foi necessário readaptar os agrupamentos das categorias de análise dos dados que foram utilizadas para os anos de 1998, 1999, 2000 e 2001, tornando possível contemplar as novas categorias propostas pelo Conselho Tutelar, que passou a atender também requerimento de serviços médicos e de educação, antes não registrados, assim como requisição de material escolar e requisição de transporte escolar.

As categorias de agrupamento para análise dos dados utilizadas nos anos de 1998, 1999, 2000 e 2001 foram:

1. Dificuldades financeiras: Assistência e programas sociais.
2. Conflitos Familiares: Maus Tratos, Conflito Familiar, Orientação de Guarda, Abandono, Orientação para pensão alimentícia, Requisição de certidão de nascimento, Impossibilidade de criação, Abuso de autoridade, Abandono intelectual, Reconhecimento de paternidade, Fuga, Pedido de auxílio, Termo de responsabilidade, Exploração, Rejeição pelos pais, Encaminhamento para instituições, Disputa de guarda.
3. Conflitos Psicológicos/Saúde/Sexuais: Cárcere privado, Atentado violento ao pudor, Distúrbio de comportamento/Psicológicos, Tentativa de estupro, Suspeita de perseguição, Furto, Saúde, Desvio de comportamento, Abuso sexual, Agressão, Encaminhamento ao médico, Assédio sexual, Mendicância, Espancamento, Estupro, Suspeita de Rapto.
4. Questões Educacionais: Dificuldade escolar, Requisição de vaga em escola, Evasão escolar, Infrequência, Requisição de vaga em creche, Encaminhamento para escola.
5. Drogadição.

Para os anos de 2002, 2003, 2004, 2005, foram definidas as seguintes categorias de agrupamento:

1. Dificuldades financeiras: Assistência e programas de sociais.

2. Conflitos Familiares: Maus Tratos, Conflito Familiar, Orientação de Guarda, Abandono, Orientação para pensão alimentícia, Requisição de certidão de nascimento, Impossibilidade de criação, Abuso de autoridade, Abandono intelectual, Reconhecimento de paternidade, Fuga, Pedido de auxílio, Termo de responsabilidade, Exploração, Rejeição pelos pais, Encaminhamento para instituições, Disputa de guarda.

3. Conflitos Psicológicos/Saúde/Sexuais: Cárcere privado, Atentado violento ao pudor, Distúrbio de comportamento/Psicológicos, Tentativa de estupro, Suspeita de perseguição, Furto, Saúde, Desvio de comportamento, Abuso sexual, Agressão, Encaminhamento ao médico, Assédio sexual, Mendicância, Espancamento, Estupro, Suspeita de Rapto.

4. Atendimento de serviços educacionais: Dificuldade escolar, Requisição de vaga em escola, Evasão escolar, Infrequência, Requisição de vaga em creche, Encaminhamento para escola.

5. Drogadição.

6. Atendimento de serviços de saúde: Requisição de serviços médicos.

7. Outros: Complemento das demais categorias.

A redefinição das categorias de agrupamento para análise dos dados, elaborada pela professora Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy, objetivou um recorte que possibilitasse a observação dos novos atendimentos feitos pelo Conselho Tutelar na área da saúde e da educação. As 9.577 FA's digitalizadas foram codificadas de acordo com as definições estabelecidas para as sete categorias de agrupamento do indicador **natureza do problema**, mais abrangente do que as 36 categorias específicas do Conselho Tutelar.

### **3 ATUALIZAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DA MALHA URBANA**

Após a digitalização das FA's em um banco de dados do Excel, foi necessário codificar os endereços das vítimas através de códigos específicos para as quadras, conforme os quadrantes do

mapa digital. Para os bairros adotou-se numeração crescente. Foram mantidas as mesmas definições dos códigos estabelecidos pelo mapa digital dos anos de 1998, 1999, 2000 e 2001.

Priorizou-se, primeiramente, o Conselho Tutelar I de Araraquara devido à maior facilidade para a coleta das FA's, para em um segundo momento coletar as FA's existentes no Conselho Tutelar II. Até setembro de 2007 foi possível digitalizar 1.812 FA's, sendo iniciadas, nesse período, as atividades de codificação do banco de dados. Em novembro e dezembro de 2007, foram adicionadas ao banco de dados e codificadas as FA's restantes. Em 2008, anulando-se as FA's que possuem endereços inválidos, endereços pertencentes ao perímetro rural e aos municípios vizinhos, e ainda as FA's que apresentam endereços inexistentes, tem-se um total de 9.577 FA's codificadas.

Após a digitalização e a codificação das 9.577 FA's, elas foram adicionadas ao banco de dados de 1998, 1999, 2000 e 2001. Entre dezembro de 2007 e janeiro de 2008 serão sistematizados o georeferenciamento dos dados e a formatação final dos mapas gerados para o modelo de papel A4 (modelo de relatório).

#### **4 GERAÇÃO E FORMATAÇÃO DOS MAPAS TEMÁTICOS**

Após a preparação do banco de dados em Excel em novembro e dezembro tornou-se possível em janeiro e fevereiro a confecção dos mapas temáticos necessários para o diagnóstico e proposição de políticas públicas para crianças e adolescentes em Araraquara.

Diante das limitações impostas pelo campo de trabalho durante a fase de coleta de dados, com certas limitações na coleta de determinadas informações, foi possível a geração dos seguintes mapas temáticos:

##### **Mapas por bairros**

Mapa sobre o total de incidências nos bairros da malha urbana em Araraquara de 1999 a 2006.

Mapa sobre o total de incidências nos bairros da malha urbana em Araraquara para o ano de 2002.

Mapa sobre o total de incidências nos bairros da malha urbana em Araraquara para o ano de 2003.

Mapa sobre o total de incidências nos bairros da malha urbana em Araraquara para o ano de 2004.

Mapa sobre o total de incidências nos bairros da malha urbana em Araraquara para o ano de 2005.

### **Mapas por quadras**

Mapa sobre o total de incidências por quadras da malha urbana em Araraquara de 1999 a 2006.

Mapa sobre o total de incidências por quadras da malha urbana em Araraquara para o ano de 2002.

Mapa sobre o total de incidências por quadras da malha urbana em Araraquara para o ano de 2003.

Mapa sobre o total de incidências por quadras da malha urbana em Araraquara para o ano de 2004.

Mapa sobre o total de incidências por quadras da malha urbana em Araraquara para o ano de 2005.

Os mapas por bairros e os mapas por quadras ainda possibilitam o cruzamento **ano a ano** com os dados referentes ao tipo do indiciado, ao tipo do denunciante, a idade e o sexo das vítimas, além dos números de reincidência das vítimas. Tem assim, a geração de 30 mapas temáticos para o diagnóstico e proposição de políticas públicas para crianças e adolescentes em Araraquara.

## **5. ANÁLISE DE DADOS PRELIMINARES**

Dados preliminares sugerem, a priori, que a violência contra crianças e adolescentes pode ser associada basicamente a duas importantes instituições sociais, a saber: i) a família. ii) a escola. A afirmação se orienta a partir de dados gerais levantados até o momento.

A contagem geral de FA's por Natureza do Problema indica que as maiores incidências de violência contra crianças e adolescentes encontram-se nos Conflitos Familiares com 48,80% dos casos (4.674 FA's), seguido do Atendimento de Serviços Educacionais com 19,25% (1.844 FA's) e dos Conflitos Psicológicos/Saúde/Sexuais com 16,69% (1.598 FA's). A contagem do geral dos indiciados indica a mãe com 44,59% (4.270 FA's) como principal responsável pela violência contra crianças e adolescentes. Os pais, categoria que engloba tanto a mãe quanto o pai,

aparecem em segundo lugar com 10,30% (986 FA's), seguido do Pai, como único indiciado, com 9,52% (912 FA's).

De forma geral, os adolescentes considerados entre 13 e 17 anos são as maiores vítimas registradas no conselho tutelar com 32,39% dos casos (3.102 FA's). Apenas 1.762 indicam a escolaridade das vítimas, no entanto, a incidência dos dados sobre os adolescentes (categorias de 5ª a 8ª Série e de 1º a 3º colegial) permanece com 49,09% dos casos. A contagem geral dos denunciadores também sugere que a violência contra crianças e adolescentes encontra-se no núcleo familiar ou na relação que a vítima possui com a escola. Os dados sobre os denunciadores apresentam-se da seguinte forma: i) a mãe com 24,89% (2.384 FA's). ii) A Escola 19,90% (1.906 FA's). iii) O pai 13,69% (1.311%). iii) E Anônimo 12,60% (1.207 FA's).

A observação dos dados, acima apresentados, sugere uma observação e uma discussão teórica mais específica em relação à violência doméstica e aos diversos conflitos existentes no ambiente escolar. No entanto, pode-se dar maior atenção científica a violência doméstica por ser a categoria com maior incidência dos casos e também por ser a base de "sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento" (GUERRA, 2005).

## **5. 1. Violência domiciliar**

De acordo com Neuman (2008), há certa dificuldade na definição do conceito sobre violência doméstica devido ao fato da complexidade do fenômeno que possui causas múltiplas de difícil avaliação. Porém, considere-se que suas consequências são devastadoras para as crianças e os adolescentes que se tornam vítimas diretas dos agressores. Um outro fator é o de que, diante da violência doméstica, as desigualdades sociais não são fatores determinantes da violência doméstica, porque esta se encontra dividida em todas as classes sociais, sendo apenas difícil a sua percepção nas classes economicamente mais favorecidas.

Outra dificuldade para a definição do conceito sobre violência doméstica está nas suas múltiplas conceituações em diversas áreas científicas:

Na área médica, por exemplo, o primeiro estudo realizado foi pelo professor Ambrose Tardieu (1860), que tentou trazer à tona o fenômeno da violência

doméstica, o qual na época não teve repercussão científica, em função do momento sóciopolítico vigente. Esta se deu somente em 1962, nos EUA, através dos Drs. Kempe e Silvermann, os quais conceitualizaram o fenômeno como sendo "Síndrome da Criança Espancada", baseados em evidências radiológicas. Nessa época, segundo Gordon (1988), "os movimentos feministas, dos estudantes dos direitos civis, antibelicistas fomentaram questões críticas sobre a santidade da privacidade familiar, a posição privilegiada do homem enquanto chefe de família e a importância da família permanecer unida a qualquer preço" contribuíram para a aceitação dos estudos (NEUMMAN, p.1, 2008).

Posteriormente, nas décadas seguintes, a psicanálise, a pediatria e a psicologia aderiram às discussões sobre o tema da violência familiar. No entanto, observa-se até o momento que nenhuma teoria conseguiu refletir a conceituação global do fenômeno.

De acordo com a pesquisa realizada pelo Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância do ABCD - CRAMI (ONG), que apurou 1.734 casos de violência familiar na região do ABCD (Grande São Paulo) a partir da coleta de dados sobre os casos atendidos pelo próprio CRAMI, no período de agosto/93 a dezembro/97, tem-se que:

[...] os maus tratos físicos predominaram como modalidade de violência. A faixa etária de 02 a 12 anos foi a que mais sofreu agressão, sem prevalência de sexo. O agressor mais freqüente foi a mãe, seguido do pai, ambos além de outros, como parentes, vizinhos, etc. Muitos agressores apresentavam distúrbios: alcoolismo, abuso de drogas, alterações de comportamento e outros. A denúncia de maus tratos é feita principalmente por anônimos ou instituições. Embora os dados apontem maior concentração de casos nas classes sociais baixa e média baixa, esses números indicam apenas os casos notificados. Nessas classes é mais fácil identificar os conflitos familiares devido, à falta de privacidade dessas famílias. Na realidade, a violência doméstica contra crianças e adolescentes está presente em todas as classes sociais. (CRAMI, 2008, p.1)

Os dados apresentados pelo CRAMI convergem, em certa medida, com os dados preliminares apurados e analisados na subseção anterior. No entanto, no caso da idade das vítimas, pode-se ver que a violência física e sexual ocorre em grande parte antes dos 12 anos de

idade, tendo como causa os pais com distúrbios de comportamento com 51% e uso de álcool com 34% dos casos. O uso de drogas contempla 8% e a desagregação familiar 4% dos casos apurados pelo CRAMI. Considere-se ainda a possibilidade de associação dos fatores citados como uma forma de potencializar do fenômeno da violência.

Tendo a pesquisa do CRAMI como referencial comparativo, observa-se que os critérios de agrupamento dos dados diferem da pesquisa Políticas Públicas contra crianças e adolescentes em Araraquara, assim como, se assemelha na dificuldade de coleta de dados para uma melhor definição do conceito sobre violência em questão. Para Neuman (2000, p.2)

A ocorrência de abuso vitimização física, sexual, psicológica e as negligências, praticadas contra crianças e adolescentes, depende de fatores psicológicos, sócio-econômicos, culturais e características patológicas do pai-mãe e filho. Além disso, deve-se levar em consideração o histórico familiar dos pais, articulado com o contexto situacional de sua realidade. A história desta família é composta pelas vivências acumuladas dos pais, que antes de gerarem os filhos, estiveram envolvidos nas relações de sua própria família, onde adquiriram suas experiências de socialização, que poderão transmitir aos seus filhos, existindo assim a possibilidade da reprodução de valores. Tudo isso mostra, que conforme a abordagem sócio-psico-interacionista, o psicológico é condicionado pelo social, produzindo-se historicamente. Outros fatores também podem facilitar a situação de violência, como "stress" (desajuste, violência, desemprego, isolamento, excesso de filhos, ameaças à autoridade, valores, criança indesejada ou problemática) e situações precipitantes (ausência de mãe, rebeldia da criança).

De acordo com o CRAMI, com o Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde – CLAVES, e com os estudos Laboratório de Estudos da Criança da USP - LACRI (2008), Neuman (2008, p. 3) caracteriza sete possíveis tipos de violência contra crianças e adolescentes:

**Abandono:** Caracteriza-se como abandono a ausência do responsável pela criança ou adolescente. Considera-se abandono parcial a ausência temporária dos pais expondo-a a situações de risco. Entende-se por abandono total o

afastamento do grupo familiar, ficando as crianças sem habitação, desamparadas, expostas a várias formas de perigo (CLAVES).

**Negligência:** Privar a criança de algo de que ela necessita, quando isso é essencial ao seu desenvolvimento sadio. Pode significar omissão em termos de cuidados básicos como: privação de medicamentos, alimentos, ausência de proteção contra inclemência do meio (frio/calor) (CLAVES).

**Violência Física:** Qualquer ação, única ou repetida, não acidental (ou intencional), cometida por um agente agressor adulto (ou mais velho que a criança ou o adolescente), que lhes provoque conseqüências leves ou extremas como a morte (CLAVES).

**Violência Psicológica:** É o conjunto de atitudes, palavras e ações dirigidas para envergonhar, censurar e pressionar a criança de forma permanente. Ameaças, humilhações, gritos, injúrias, privação de amor, rejeição, etc. (CRAMI - Campinas).

**Abuso - Vitimização Sexual:** “Entendemos todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança menor de dezoito anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa” (AZEVEDO E GUERRA).

**Vitimização (Psicológica):** "É uma forma de micropoder e ocorre sem distinção de credo, classe social, etnia; não se restringe ao lar, mas tem nele sua origem" (AZEVEDO E GUERRA).

**Crianças Vitimadas (Psicológico):** "São aquelas que são violentadas pela estrutura da sociedade, ou seja, por um macropoder, marcado pela dominação de classes e por profundas desigualdades na distribuição da riqueza social" (AZEVEDO E GUERRA).

No quadro 1, apresenta-se um levantamento estatístico brasileiro feito pelo LACRI, observa-se que a negligência e a violência psicológica somam juntas 57% da amostra. Em

segundo lugar, agrupados também, violência física e sexual somam juntas 41,9% dos casos. Considere-se ainda que a violência fatal agrupada tanto com a violência sexual e/ou a violência física pouco alteram os percentuais.

**Quadro 1. Síntese de Violência Doméstica Notificada entre 1996 e 2007**

Violência Física		Violência Sexual		Violência Psicológica		Negligência		Violência Fatal		Total	Total %
casos	%	casos	%	casos	%	casos	%	casos	%	casos	%
49.481	31,0%	17.482	10,9%	26.590	16,6%	65.669	41,1%	532	0,3%	159.754	100,0%

Fonte: Laci - Estatísticas Brasileiras/2008

Para Guerra (2005) a relação familiar que contextualiza a violência doméstica caracteriza-se pela presença de dois pólos relacionais: i) Pólo de dominação dos adultos (pais, vizinhos, etc). ii) Pólo de objetualização, coisificação, submissão dos desígnios e desejos do outro (pólo criança/adolescente). Nesse contexto, o núcleo familiar inviabiliza ou dificulta o desenvolvimento da criança, produzindo efeitos devastadores na constituição da sua personalidade.

No caso dos adolescentes, considerados na idade entre 13 e 17 anos, deve-se atentar para as incidências que configuram casos de agressões contra os pais e também para os casos de conflito familiar em que os próprios vitimados registram FA's no conselho tutelar. Em determinados casos, tem-se pais e filhos que registram FA's em que se indiciam mutuamente. Nesse sentido, deve-se considerar certo grau de diferenciação no conceito de violência entre crianças e adolescentes. No caso dos menores de 12 anos em que prepondera a violência física de forma geral, os maus tratos e a negligência, configurando em grande medida casos de violência doméstica. Já no caso dos adolescentes, considerados entre 13 e 17 anos, tem-se fenômenos mais associados a essa faixa etária, como os distúrbios e os desvios de comportamento, os conflitos escolares e familiares, as agressões, as dificuldades, as evasões e as infrequência escolares, etc.

Torna-se imprescindível a observação da violência doméstica ou familiar, porque esse fenômeno inviabiliza o desenvolvimento de indivíduos em uma fase dependente dos cuidados de um adulto responsável e desprovidos de qualquer poder para o exercício da violência. Diferentemente dos adolescentes, que apesar de não possuírem maior idade, já possuem certo domínio sobre o próprio corpo e podem desenvolver estratégias defensivas em relação ao autor

da violência. Considere-se ainda que, os adolescentes, também são capazes de exercer violência contra os adultos, outros adolescentes e crianças.

Diante desse quadro de vulnerabilidade familiar, faz-se necessário a formulação de políticas públicas que possibilitem o desenvolvimento de crianças e adolescentes, fortalecendo-os para a vida em sociedade. Porém, diante das dificuldades percebidas no Conselho Tutelar I e II, assim como, do tratamento frágil dado às políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes de forma geral, é possível verificar que tais políticas ainda contribuem pouco para a uma melhor formação dos vitimados.

## **5. 2. Distúrbios escolares**

Nos anos 90 e 2000, a violência se destacou de forma ostensiva nos meios de comunicação que relataram incidências em diversas cidades do país. Particularmente, a escola passou também a se destacar como um ponto de geração ou de exteriorização de violências, tornando-se motivo de preocupação para a sociedade. O fenômeno pode também ser observado em outros países. De acordo com RUOTTI (2003, p.11):

A violência na instituição escolar constitui-se como um problema contemporâneo, que vem afetando os processos educativos e colocando em questão a própria estrutura da instituição escolar. Torna-se essencial, desse modo, uma melhor compreensão das relações que estão sendo gestadas no seu cotidiano, bem como, o tratamento dispensado ao problema pelas próprias escolas e pelos órgãos de educação e segurança.

Para Sales (2004, p.90) diversos fatores podem acarretar o desencadeamento da violência nas escolas:

Os pesquisadores e estudiosos apresentam diversas justificativas para as crescentes violências praticadas por crianças e jovens. Apontam a perda de valores de solidariedade na sociedade, o individualismo exacerbado, a deterioração das relações interpessoais, problemas familiares e a pouca convivência dos jovens com a família, uma vez que os pais passam o dia fora, trabalhando, e os filhos ficam na convivência de terceiros.

Um dos mecanismos ressaltados na literatura de combate a violência nas escolas está no desenvolvimento de instrumentos de mediação de conflitos. Para Folger e Bush (1999, p.85):

[...] o conflito em si é potencialmente transformativo, ou seja, a argúcia oferece aos indivíduos a oportunidade de desenvolver e integrar suas capacidades de força individual e empatia pelos outros (...) os processos de intervenção como a mediação podem ser elaborados de modo a captar o potencial transformativo de conflito (...).

Para Sales (2004) a mediação acarreta em mudanças nos padrões de gestão educacional por parte do estado. A mediação possui poder de decisão na medida em que gerencia conflitos. Por sua vez, o gerenciamento de conflitos facilita o diálogo entre as partes conflitantes através de decisões tomadas em conjunto de forma co-responsável, no contexto atual o poder de decisão não cabe somente ao Estado. Para a autora, a mediação é um importante instrumento para o alcance do consenso:

[...] a mediação é considerada um processo complexo que transcende o conflito a ser resolvido, uma vez que não apenas o enquadra nas normas de direito preexistentes, mas também orienta as partes para a criação de normas relevantes e adequadas ao conflito. Este, por sua vez, pode ser transformado, ou seja, o mediador, por intermédio de sua competência, poderá conseguir modificar o entendimento das partes sobre o problema. De algo negativo, o problema passa a compreender o caminho para o entendimento, para a harmonia entre as partes. (SALES, 2004, p. 91)

O processo de mediação consiste na transformação da culpa em responsabilidade, porque as partes tornam-se elementos fundamentais para as mudanças em suas próprias vidas. Firma-se na mediação o compromisso da administração das desavenças existentes entre as partes. De acordo com Sales (2004) o processo de mediação apresenta quatro objetivos principais: Primeiro, é a solução dos problemas pela visão positiva do conflito e da participação ativa das partes via diálogo, configurando a responsabilidade pela solução. Segundo, a prevenção de conflitos. Terceiro, a inclusão social com a conscientização de direitos e acesso à justiça. E terceiro o da paz social.

A escola tornou-se também espaço de conflito e interação de diferentes culturas e etnias, sendo influenciada por diferentes padrões de imigração, que redefinem o perfil dos contingentes populacionais das escolas:

A escola é um lugar onde diariamente convivem pessoas com diferentes características, educações, religiões e personalidades. Entre tantas diferenças é natural que surjam divergências das mais diversas espécies. É imprescindível, então, a boa administração dos problemas que venham a surgir para que a harmonia e o respeito estejam presentes no ambiente escolar e não interfiram no processo de ensino aprendizagem. (SALES, 2004, p.91)

Nesse contexto, torna-se fundamental compreender os sentimentos da outra parte, interpretar sua cultura, entender as diferenças considerando-as no projeto escolar, principalmente no caso dos adolescentes que estão em idade propensa aos conflitos físicos. A mediação de conflitos nas escolas também pode ser entendida como política preventiva no combate da violência contra crianças e adolescentes.

De acordo com os resultados obtidos na pesquisa “Conflito e Insegurança Escolar na Zona Leste do Município de São Paulo”, realizada pelo Núcleo de Estudos da Violência NEV-USP, que teve por objetivo central a identificação das situações de violência existentes no cotidiano escolar por meio dos registros de indisciplina das escolas ocorridos no ano de 2002, assim como, as punições aplicadas, tendo como foco de investigação as escolas públicas de ensino fundamental e médio localizadas nos distritos de Cidade Tiradentes, Iguatemi, São Mateus e São Rafael:

[...] os dados fornecidos tanto pela Polícia Militar quanto pela GCM, são insuficientes para a caracterização da violência escolar nas escolas situadas nos distritos estudados. A falta de precisão das informações demonstra pouca preocupação destes órgãos em sistematizar e padronizar os casos que exigiram atendimento policial nas escolas. Isto dificulta o acompanhamento dos tipos de ocorrências que mais afetam as escolas, o que poderia subsidiar o delineamento de políticas eficazes de prevenção à violência escolar. No geral, a mídia impressa retrata as escolas públicas como permeadas por precariedades e

situações de violência. Assim, os casos de homicídios dentro ou nas imediações das escolas, bem como, a presença de tráfico e consumo de drogas, são noticiados pelos diferentes jornais, dando uma falsa idéia de que estas escolas são palco de grande violência. As escolas pesquisadas raramente aparecem nestas notícias, e quando estiveram presentes foi por um caso de homicídio de não-aluno dentro da escola, caso de tráfico e consumo de drogas nas escolas, de invasões, de projetos oficiais ou pela presença de policiamento. (RUOTTI, 2003, p. 118)

A autora atenta para as condições de infra-estrutura das escolas como um forte elemento potencialização do fenômeno da violência. A dificuldade dos gestores, professores, alunos e instituições públicas de segurança em definir a violência nas escolas também é um importante fator ressaltado na pesquisa. Para Ruotti (2003, p. 110)

As escolas, de um modo geral, consideram como indisciplina atitudes que violam as normas adotadas pelas escolas e causam transtornos à comunidade escolar. Enquadram-se nesta categoria os diferentes conflitos ocorridos entre os atores escolares (agressões verbais e físicas), ações que vão contra a preservação do patrimônio escolar (pichações e depredações), atitudes que vão contra as regras específicas das escolas (não usar uniforme, “cabular” aula, não obedecer aos horários), comportamentos que atrapalham a aprendizagem (não fazer atividades, não trazer material escolar) e até outros delitos como consumo e tráfico de drogas.

A pesquisa destaca a proximidade e responsabilidade específica de cada funcionário como determinante ao atendimento às ocorrências indisciplinadas. Referente aos conselhos enfatiza o seu funcionamento constante em quase todas as escolas da amostra, deliberando comumente sobre transferências compulsórias.

De acordo com Ruotti (2003), apesar de existirem procedimentos padronizados, o tratamento das ocorrências indisciplinadas nem sempre segue um padrão pré-determinado. Na maioria dos casos, as punições adotadas se fundamentam na gravidade das ocorrências e na reincidência dos alunos. Deve-se atentar que as escolas não possuem um padrão único de registro

das ocorrências indisciplinadas, dificultando o estabelecimento de critérios para as punições a serem adotadas.

De forma geral, a pesquisa apresenta três tipos de punições: i) Advertência escrita com ou sem notificação ao responsável. ii) Suspensão iii) Transferência compulsória.

De acordo com os dados coletados, o tipo de ocorrência disciplinar punida com advertência escrita (com notificação ao responsável) presente em um maior número de escolas, no ano de 2002, foi o “cabular” aula (em 17 escolas esta ocorrência foi mencionada ou estava presente nos registros da escola). A segunda ocorrência presente em um maior número de escolas foi a ‘briga entre alunos’ e “agressão verbal/desrespeito contra professor” (ambas ocorrências foram mencionadas ou constavam nos livros de ocorrências de 15 escolas). Quanto às ocorrências indisciplinadas punidas com advertência escrita (sem notificação ao responsável), têm-se que as ocorrências presentes em um maior número de escolas em 2002 foram: briga entre alunos (em 14 escolas); ‘cabular’ aula e agressão verbal/desrespeito entre alunos (ambos em 12 escolas) e agressão verbal/desrespeito contra professores e agressão física leve entre alunos (ambos em 11 escolas) (RUOTTI, 2003, p.120).

Os problemas relatados pelos entrevistados foram: agressões físicas leves, agressões físicas com atendimento médico, ameaças, agressões verbais, atrasos de estudantes e professores, falta de professores, comportamento de “cabular” aula, furtos, invasões do prédio escolar, consumo e tráfico de drogas dentro e no entorno das escolas, porte de armas, consumo de álcool dentro e ao redor da escola e vandalismo. As entrevistas dos funcionários, professores e alunos indicam 10 pontos importantes:

- 1) As agressões verbais e físicas leves (empurrão, chutes e tapas) são mais comuns entre alunos, ocorrendo com grande frequência; 2) As agressões físicas com atendimento médico entre os alunos não são constantes, neste sentido em 19 escolas foi informado que este tipo de agressão “nunca” ocorre e em 10 escolas que “raramente” ocorre; 3) As ameaças entre os alunos também são constantes reiterando um clima de tensão nas relações entre os alunos; 4) As agressões verbais entre alunos e professores e entre alunos e funcionários

ocorrem, embora em menor proporção quando comparadas com as mesmas agressões entre os próprios alunos; 5) As agressões físicas com atendimento médico entre alunos e professores e entre alunos e funcionários são raras, sendo notificadas apenas pelos responsáveis de 2 escolas no primeiro caso e em 1 escola no segundo; 6) As ameaças entre alunos e professores ocorrem, embora em menor proporção, quando se compara os dados com as frequências obtidas para as ameaças entre os próprios alunos. 7) A falta dos professores ao trabalho nas escolas pesquisadas (tanto municipais quanto estaduais) é preocupante, já que em 13 escolas os diretores ou coordenadores indicaram que “sempre” ocorre. 8) O vandalismo é frequente nas escolas, sendo que grande parte, ou seja, em 12 escolas os entrevistados indicaram que este tipo de comportamento “sempre” ocorre. O consumo de álcool dentro da escola não é, de modo geral, muito constante: em 14 escolas os entrevistados informaram que “raramente” ocorre e em 13 escolas que “nunca” ocorre. (RUOTTI, 2003, p.121-122)

O ambiente escolar reflete também o contexto institucional dos anos 90 e 2000, pós-constituição de 1988, onde as dificuldades financeiras e estruturais de estados e municípios são constantes, nesse ambiente institucional, políticas voltadas as crianças e os adolescentes tiveram poucos investimentos e apoio logístico do Estado:

[...] a partir da abertura democrática no país, houve uma expansão no ensino público. Porém esta não se deu de forma satisfatória, devido à falta de recursos destinados às escolas e à falta de incentivos para a melhoria de qualificação profissional dos professores, o que resultou em uma estrutura educacional marcada pela baixa qualidade de ensino e pela precariedade quanto à presença de profissionais dedicados à educação. Em suma, estes dados evidenciam a necessidade das escolas repensarem suas práticas nas esferas pedagógica e relacional, levando em consideração o contexto social e cultural dos seus alunos e as condições atuais do mercado de trabalho. Ademais, estas devem ser capazes de diminuir os riscos, representados pelos índices de violência social, desenvolvendo uma gestão democrática dos inevitáveis conflitos existentes no seu próprio cotidiano. (RUOTTI, 2003, p. 140)

Appio (2006) destaca que um dos caminhos a ser percorrido pelas instituições escolares está na gestão participativa, entendida como um processo voltado para a construção de relações participativas. Nesta perspectiva, a gestão participativa com instrumentos adequados para a mediação de conflitos se faz fundamental para a construção de práticas emancipadoras na escola, pois possibilita o envolvimento de diversos atores. Um importante referencial ao processo pedagógico está na consideração de que as resistências e os conflitos são próprios da condição de construção da gestão democrática do ensino.

Diante dos impasses e problemas existentes nos distúrbios escolares, basicamente em relação àqueles que não se referem a delitos de grande magnitude como agressão, tentativa de assassinato ou homicídio, pode-se levar em consideração a afirmação de Appio (2006, p.121):

A busca pela participação da comunidade na construção de suas práticas corresponde a uma luta histórica. Por ser histórica é preciso considerar que, por menores que sejam os avanços nesse sentido, a ampliação do espaço participativo constituem-se um passo importante para a construção de um ensino de melhor qualidade. É difícil romper com décadas de tradição de uma educação tecnicista, o que torna necessário compreender e promover a formação humana e emancipadora em um processo histórico, ou seja, é provável que sejam levadas algumas décadas para instaurar uma cultura escolar de democracia, participação e respeito a autonomia do sujeito. [...] este é um processo em construção e, portanto, repleto de contradições, resistências, conflitos.

Diante dados preliminares apresentados, tendo também outras pesquisas relacionadas à violência de crianças e adolescentes, é possível considerar dois aspectos relevantes sobre as causas dos conflitos escolares: i) refletem impasses entre diferentes concepções de gestão e relacionamento institucional entre os atores envolvidos no processo educacional (funcionários, professores e alunos). ii) refletem as limitações estruturais do aparelho educacional, evidentes nos anos 90 e 2000. Por sua vez, os dois fatores associados ao contexto de vulnerabilidade familiar podem potencializar os índices de violência contra crianças e adolescentes.

Argumenta-se assim, que o fenômeno da violência contra crianças e adolescentes pode ser preponderantemente observado em dois espaços institucionais distintos, a saber: a família e a escola. Nos dois espaços observa-se a ausência de dois fatores importantes para o desenvolvimento das relações humanas: i) Falta de infra-estrutura e/ou de cuidado ao patrimônio tanto público como particular. ii) Falta de orientação organizacional e/ou psicológica tanto em ambientes particulares quanto públicos.

As políticas públicas a serem adotadas devem, por sua vez, considerar os diferentes contextos que envolvem tratamento distinto aos vitimados. No caso da violência domiciliar ou familiar, deve-se considerar o grau de vulnerabilidade social da família em que os vitimados residem. Já no caso da violência ou dos distúrbios escolares, deve-se considerar as limitações estruturais e humanas da escola como instituição. Nesse sentido, faz-se necessário privilegiar projetos que garantam gradualmente mais investimentos e possibilitem maior organização, com assessoria logística e psicológica para os atores envolvidos.

## **6. CONCLUSÃO**

Observa-se que o Conselho Tutelar passou por reformulações e enfrentou dificuldades estruturais constantes durante o ano de 2007, o que dificultou o trabalho com os dados para a atualização do mapeamento urbano da violência contra crianças e adolescentes de Araraquara.

Ressalta-se que é a partir da confecção dos mapas atualizados através do georeferenciamento da violência urbana contra crianças e adolescentes que se torna possível propor, orientar e consolidar práticas e políticas públicas governamentais com maior eficácia e objetividade junto aos gestores públicos e à população de Araraquara. Nesse sentido, a atualização do banco de dados é fundamental para a atualização da pesquisa como um todo com a geração mapas temáticos que irão auxiliar o diagnóstico da violência urbana contra crianças e adolescentes e a proposição de políticas públicas para o município de Araraquara.

A priori, destaca-se que o fenômeno da violência contra crianças e adolescentes pode ser preponderantemente observado em dois espaços institucionais distintos, a saber: a família e a escola. Nos dois espaços observa-se a ausência de dois fatores importantes para o desenvolvimento das relações humanas: i) Falta de infra-estrutura e/ou de cuidado ao patrimônio

tanto público como particular. ii) Falta de orientação organizacional e/ou psicológica tanto em ambientes particulares quanto públicos.

Tem-se assim que a violência doméstica e os conflitos escolares são os principais fenômenos da violência contra crianças e adolescentes. A complexidade do tema está nas suas diferentes causas e também na especificidade dos casos. Diante disso, há certa dificuldade na literatura científica em identificar um sentido global para esses tipos de violência. Por sua vez, a dificuldade encontrada pode estar se refletindo nos conselhos tutelares que não conseguem manter padrões estáveis na coleta de informações sobre a violência contra crianças e adolescentes. A literatura demonstra também que o fenômeno não se restringe apenas aos conselhos tutelares de Araraquara.

É muito importante a observação da violência doméstica ou familiar, porque esse fenômeno inviabiliza o desenvolvimento de indivíduos em uma fase dependente dos cuidados de um adulto responsável e desprovidos de qualquer poder para o exercício da violência. Diferentemente dos adolescentes, que apesar de não possuírem maior idade, já possuem certo domínio sobre o próprio corpo e podem desenvolver estratégias defensivas em relação ao autor da violência. Considere-se ainda que, os adolescentes, também são capazes de exercer violência contra os adultos, outros adolescentes e crianças.

Para o quadro de vulnerabilidade familiar, faz-se necessário a formulação de políticas públicas que possibilitem o desenvolvimento de crianças e adolescentes, fortalecendo-os para a vida em sociedade. Porém, diante das dificuldades percebidas no Conselho Tutelar I e II, assim como, do tratamento frágil dado às políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes de forma geral no Brasil, é possível verificar que tais políticas ainda contribuem pouco para a uma melhor formação dos vitimados.

## **REFERÊNCIAS**

APPIO, C. R. **Práticas emancipatórias e gestão escolar: desafios de uma construção.** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Regional de Blumenau – FURB, Blumenau, 2006. Disponível em: <

[http://proxy.furb.br/tede/tde\\_arquivos/4/TDE-2008-01-24T150208Z-354/Publico/Diss%20Celia%20Regina%20Appio.pdf](http://proxy.furb.br/tede/tde_arquivos/4/TDE-2008-01-24T150208Z-354/Publico/Diss%20Celia%20Regina%20Appio.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2008.

**CEDECA, Centro de defesa da criança e do adolescente Yves de Roussan.** Bahia: 2008. Disponível: <<http://www.cedeca.org.br>>. Acesso em: 10 set. 2008.

**CRAMI, Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância do ABCD.** São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.crami.org.br/estatisticas.asp>>. Acesso em: 10 set. 2008.

FOLGER, J. P.; BUSH, R. A. A mediação transformativa e intervenção de terceiros: as marcas registradas de um profissional transformador. In: SCHNITMAN, Dora Fried; LITTLEJOHN, Stephen. **Novos paradigmas em mediação.** Porto Alegre: ArtMed, 1999. cap. 5, p. 85-100.

**GUERRA, V.N.A. Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada.** 5ª Edição, São Paulo, Cortez, 2005.

GUERRA, V. Prevenção da violência doméstica contra crianças e adolescentes. **LACRI.** Disponível em: <<http://www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/uberaba.doc>>. Acesso em: 10 set. 2008.

LACRI, Laboratório de Estudos da Criança. USP, São Paulo: 2008. Disponível em: <<http://www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/index2.htm>>. Acesso em: 10 set. 2008.

NEUMMAN, M. O que é violência doméstica contra a criança e o adolescente. **CEDECA – Centro de defesa da criança e do adolescente Yves de Roussan,** Bahia, 2008.

Disponível em: <[http://www.cedeca.org.br/PDF/violencia\\_domestica\\_marcelo\\_neumman .pdf](http://www.cedeca.org.br/PDF/violencia_domestica_marcelo_neumman.pdf)> Acesso em: 10 set. 2008.

NEV-USP. **Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo.** Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (CEPID) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) Disponível em: <<http://www.nevusp.org/portugues/>>. Acesso em: 10 set. 2008

SALES, L.M.M; ALENCAR, E. C. O. Mediação de conflitos escolares – uma proposta para a construção de uma nova mentalidade nas escolas. Pensar, Fortaleza, v. 9, n. 9, p. 89-96, fev. 2004. Disponível em: < <http://www.unifor.br/notitia/file/1681.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2008

PERES, M. F. T. **Avaliação do Programa de prevenção da violência RAC** – Redescobrimo o Adolescente na Comunidade. Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (CEPID) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) Disponível em: < <http://www.nevusp.org/portugues/>>. Acesso em: 10 set. 2008

RUOTTI, C. Conflito e insegurança escolar na Zona Leste de São Paulo. Relatório Final do Projeto CEPID IV – Identificação dos conceitos de justiça, direito e punição relacionados com direitos humanos na população urbana de São Paulo. NEV-USP. **Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo**. Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (CEPID) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) Disponível em: < <http://www.nevusp.org/downloads/down056.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2008